

## **O PADRE JOSIMO MORAES TAVARES E AS LUTAS DE CLASSE NOS CONFLITOS AGRÁRIOS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (1970-1986).**

Moisés Pereira da Silva (mestrando UFG, mosico100@gmail.com)

### **RESUMO**

O presente trabalho analisa as lutas pela terra na Região do Araguaia-Tocantins no seu aspecto de conflito de classe e o trabalho do Padre Josimo Moraes Tavares enquanto agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), cuja mediação expressa uma opção política em favor dos camponeses. É explícita a luta, como também os agentes envolvidos e os mediadores. Assim, se de um lado Josimo representa uma predileção à causa camponesa (BRETON, 2000; ALDIGHERI, 1993), as políticas públicas do governo militar irão demarcar explicitamente sua opção pelos expropriadores. (OLIVEIRA, 1989, 1991; KOTSCHO, 1982; IANNI, 1978, 1979; MARTINS, 1983, 1984, 1991). De um lado os camponeses, cujo sentido de classe é forjado na solidariedade e no engajamento na causa comum, trajetória de luta que os traduz como “uma categoria histórica” (GUSMÁN E MOLINA, 2005, P. 80-81) que lutam contra a expropriação; de outro lado, o grande capital internacional e associado (DREIFUSS, 1982), o expropriador; o resultado: a grilagem, a violência (ASSELIN, 1982) e a justiça do lobo (FIGUEIRA, 1986).

Palavras-Chave: Josimo. Camponeses. Mediação.

### **INTRODUÇÃO**

O interesse maior desse estudo é contribuir com o entendimento da mediação feita pela CPT nos conflitos agrários da Região Araguaia-Tocantins, de modo especial através do trabalho do Padre Josimo Moraes Tavares junto aos camponeses. O objetivo, pois, é demonstrar, no contexto da ditadura militar, de expansão capitalista e, conseqüente, expropriação camponesa, como o trabalho pastoral de Josimo implicava em uma opção política em favor da classe camponesa, tendência geral da CPT naquela região, e de contestação das formas, oficiais e privadas, de esbulho a que eram submetidos os pequenos lavradores; resultando desse compromisso as razões fundamentais de seu martírio.

Assim, o presente estudo, no que diz respeito aos dados biográficos, faz-se à luz dos escritos sobre o Padre Josimo, merecendo destaque nesse

tocante a pesquisa realizada por BRETON (2000) e a dissertação de mestrado de ALDIGHERI (1993). Notas de jornais, especialmente, dos jornais *o popular*, de Goiânia, e a *Folha de São Paulo*, de São Paulo também lançam luz sobre o trabalho e a pessoa do negro que tornou-se padre e do padre que tornou-se ponto de mutação<sup>1</sup> na Diocese de Tocantinópolis. Complementa esse estudo trabalhos elaborados pela própria CPT que oportunizam informações importantes sobre a vida e a pastoral de Josimo. A segunda tipologia que, em síntese, é contextualizadora da práxis do religioso, é aquela ligada à problemática da terra, tema em que as fontes são mais vastas indo daquelas que abordam o tema de forma mais ampla, como é o caso dos trabalhos de MARTINS (1983; 1984; 1989 e 1991); AZEVEDO (1982) e IANNI (1978 e 1979) àqueles trabalhos mais pontuais que resultam de estudos cuja delimitação espacial é a Amazônia, neste caso merecendo destaque os estudos de OLIVEIRA (1989 e 1991) e PEÑARROCHA (1998). Seguindo um olhar de gradativa aproximação do objeto desse artigo, o terceiro tipo de leitura compõe-se daqueles trabalhos cuja matéria diz respeito à questão agrária no Araguaia-Tocantins. Neste caso, além das luzes lançadas pelos trabalhos de BRETON (2000) e ALDIGHERI (1993) já mencionados, que corroboram para o entendimento do personagem Josimo e seu trabalho; os estudos de FIGUEIRA (1986) sobre a atuação da igreja junto aos posseiros do Araguaia e os trabalhos de investigação jornalística a cerca da violência na região do Bico do Papagaio levado à cabo por CHINEN (1983), que acompanha o processo de prisão e condenação dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou e KOTSCHO (1982) que em sua incursão pelo Araguaia-Tocantins registra a violência da ditadura sobre os posseiros e a estratégia de resistência destes mesmos camponeses. Essa particularidade de análise pode ser encontrada também nos trabalhos de OLIVEIRA (1989; 1991) que apresentam possibilidades interpretativas do conflito agrário na Região e trabalhos pontuais de análise da problemática da terra e atuação da CPT especificamente na Micro-Região do Araguaia-Tocantins.

---

<sup>1</sup>Diversos artigos publicados nos jornais *O popular* e *Folha de São Paulo* entre os anos de 1983 e 1986 dão conta da radicalidade assumida pela igreja em relação ao Estado em consequência do trabalho do padre Josimo. Abriu-se mesmo um conflito aberto entre igreja e Estado que, de uma questão regional, com a morte de Josimo chegou aos portões do Vaticano tendo o próprio presidente José Sarney feito tentativa de acalmar os ânimos com uma visita pessoal à Sua Santidade no Vaticano.

Quanto à organização do texto, num primeiro momento abordar-se-á o contexto sócio-histórico do Araguaia-Tocantins entre o final da primeira metade da década de 1960 e a década de 1970. A preferência por este período justifica-se por dois fatos importantes, o início da ditadura militar em 1964, a repressão mais emperdenida na região na década de 1970 a partir da identificação do foco guerrilheiro pecebista e, não menos importante, a produção poética de Josimo durante a década de 1970, como elaboração intelectual de um projeto levado a efeito depois da ordenação sacerdotal em 1979. O segundo momento deste trabalho constitui-se de uma análise das relações entre o padre e a terra, ou, de forma mais geral, entender como a igreja inclui a questão agrária no rol de suas bandeiras de luta e, principalmente, em que sentido apontava essa mediação de que Josimo será modelo analítico. O trabalho pastoral do Padre Josimo causou assombro. Uma coisa é levar um camponês inculto ao tribunal, outra coisa é dizer-lhe que organizado têm poder e iniciar uma prática de empoderamento desses grupos através da sua organização, o que lhe custará a própria vida. É disso que trata o terceiro momento desse trabalho. Daqueles que se organizaram para produzir a vida, a CPT, e daqueles que existem para produzir a morte, a UDR e as associações de fazendeiros da região Araguaia-Tocantins. Morte e vida severina<sup>2</sup> nunca teve representação mais atual que nas pegadas de Josimo e quando, depois de ser ponto de ruptura, tomba vencido pelas estruturas de Estado que abandona, é condenado pela justiça de um Estado que, depois de abandonar, como o lobo da fábula de La Fontaine condena, porque tem poder para condenar. Os reflexos dessa morte, para uns produção vida, sobretudo, na ótica da igreja que precisava manter e fortalecer a memória do mártir. Para os camponeses será o último golpe em uma luta que já estava fadada ao fracasso em função do encaminhamento dado por essa mediação, qual seja, a institucionalização da luta.

---

<sup>2</sup>Numa referência a João Cabral de Melo Neto, é possível perceber que a família de Josimo, como muito de seus pares, de errantes na aridez do solo Nordestino, irá encontrar o último engodo na Amazônia cuja violência, especialmente exemplificado com a morte de Josimo, representará o último ato de uma existência trágica.

## Desenvolvimento

*Eu digo às vezes que tanto a esquerda como o evangelho  
nasceram para serem oposição,  
não para serem do poder.  
Quando o evangelho se situa no poder,  
aí sujou o evangelho.*

Dom Pedro Casaldáliga,  
bispo de São Felix do Araguaia.

O entendimento das lutas de classe na Região do Araguaia-Tocantins requer um olhar retrospectivo do contexto em que se deram estas lutas. Isso significa recuar no tempo para, de um lado pensar em toda agitação que a penúria nos campos nordestinos provocava e a migração conseqüente dessa situação; de outro, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1950 quando o plano de metas de Juscelino, fundamentado no tipo de “racionalidade empresarial exigido pelas operações em grande escola do capital transnacional” (DREIFUSS, 1891, p. 76) resultará num esforço de modernização cuja maior consequência será a construção de Brasília e de uma estrutura de mobilidade do capital possibilitando, assim, um novo interesse pela terra em toda região atingida por está política.

No primeiro caso, as contingências a que estavam submetidos a maioria da população nordestina e o esforço do governo, especialmente a partir do autoritarismo militar iniciado em 1964, em transferir essa população para uma região esvaziadora desse problema social<sup>3</sup> fará com que na década de

---

3As Ligas Camponesas eram uma consequência do pauperismo do povo no campo e, enquanto organização social reivindicatória que tinha forte influência política de esquerda, representava um grave perigo para um Estado que sustentava compromissos com o capital, inclusive no que dizia respeito ao confronto ideológico. Assim, as interpretações de MARTINS (1983; 1991) e IANNI (1978) transparecem lúcidas quando atribuem ao esforço de transferência da população nordestina para a Amazônia como forma de aliviar as tensões sociais no Nordeste, o que resulta num trocadilho pois a terra de vazios, “terra sem homens, para homens sem terra” (MARTINS, 1991, p. 105) derrepente era terra de esvaziamento dos problemas do Nordeste (IANNI, 1979, p. 33;38;42).

1970 a população do Araguaia-Tocantins já seja formada predominantemente de nordestinos pobres em busca de um pedaço de terra para trabalhar. O homem nordestino, ou de origem nordestina, será um dos atores centrais na trama do conflito agrário de que a Amazônia foi palco sendo o próprio padre Josimo um destes personagens.

MAIA (2008, p. 12), analisando os conflitos pela posse da terra em Trombas e Formoso defende que a construção de Brasília ampliou “o crescimento econômico da região e seu poder de atração”, todavia, essa valorização econômica das terras não foi privilégio apenas da região goiana, tema de sua tese de doutoramento porque a BR-14, conhecida também como BR-153 e Belém-Brasília, lembrada pelo professor Cláudio Maia, é um dos exemplos mais significativos da infra-estrutura planejada dentro das metas do governo Juscelino que tiveram como saldo, dentre outros aspectos, a valorização da terra em regiões antes pouca especuladas. Para MAIA, “a estrada de rodagem significava a possibilidade do estabelecimento de uma produção diretamente vinculada ao mercado e a aferição de uma renda territorial, o que atraiu os investimentos vinculados à perspectiva capitalista de exploração da terra” (Idem, p. 12).

Portanto, no primeiro caso o migrante constitui um grupo que, alijado de todas as perspectivas de vida com dignidade em seu lugar natural, é transplantado ou faz-se caminhante na longa estrada que leva às “bandeiras verdes” como forma de encontrar a terra de trabalho<sup>4</sup>, que, em última instância, é também a terra de vida. No segundo caso o que se vislumbra são as possibilidades de lucro a partir da “consolidação do processo de valorização das terras” (MAIA, Op. Cit., p. 12) efetivados pelo desenvolvimento da política

---

<sup>4</sup>MARTINS (1983; 1989; 1991) utiliza a expressão *terra de trabalho* em oposição à *terra de negócio*. A terra de trabalho é a síntese da representação que o camponês faz da terra. Nesse sentido, a terra não é bem no sentido de propriedade que a palavra confere, mas uma forma por excelência de continuação da vida, na medida em que, pelo trabalho do camponês, lhe possibilita retirar do solo o necessário à sua sobrevivência. O capitalista por outro lado, visualiza a terra no sentido de propriedade da qual pode auferir renda seja pela sua exploração econômica, seja por sua transformação em capital através da venda ou de outros meios, como garantia em transações creditícias; por isso, terra de negócio. Essa construção teórica: *terra de trabalho*, *terra de negócio* foi muito aceita pelos setores da Igreja Católica ligados à questão agrária, especialmente a CPT, que passaram a reproduzi-la em seus documentos. Na dissertação de mestrado de ALDIGHERI (1993, p. 14) a terra de negócio é a terra do fazendeiro, assim como a terra de trabalho é a terra do posseiro e do indígena. Nesse caso, como padre ligado à CPT, Mário Aldighieri faz uma leitura análoga à tese de José de Souza Martins.

desenvolvimentista iniciada por Juscelino Kubitschek e levada à cabo pelos militares. Portanto, impunha-se sob essa perspectiva, a terra de negócio sobre a terra de trabalho.

O contexto sócio-histórico da Região do Araguaia-Tocantins nos primeiros anos da década de 1970 já revela um conflito amadurecido. O interesse fundamental não é determinar o princípio e as condicionantes desse embate, embora importe mencionar algumas circunstâncias, como as já lembradas. O princípio pode reportar aos mais de cinco séculos de latifúndio, se considerando o trabalho de GUIMARÃES (1977), ou, por outro lado, à preeminente necessidade de um projeto, muita vezes adiado, de civilidade produtiva para uma região cujo atraso e estultice dificultam o próprio progresso da nação, neste caso se a base analítica assentar-se sobre os pressupostos de um discurso hierarquizado tão antigo no Brasil quanto as próprias raízes do latifúndio<sup>5</sup>. De qualquer modo, buscar o princípio dessa querela requereria uma acurada análise com vastas possibilidades de abordagens, o que a brevidade do tempo para dissertar não permite.

Na década de 1970 estava instalado o conflito porque em 1970 já se confrontavam dois projetos opostos tendo a terra como base de sua realização. Na perspectiva do governo militar a modernidade de que a Amazônia era carente não podia realizar-se sem a necessária integração econômica da região nos quadros da economia nacional, de que ela foi suporte, e do capital multinacional. Essa integração foi uma constante no pensamento político-econômico brasileiro desde Vargas aos militares da Ditadura. A *Marcha para o Oeste* tinha esse sentido e a construção de Brasília no Planalto Central foi um dos pontos altos dessa estratégia de modernização, para tornar produtiva, dos espaços amazônicos ocupados por um sertanejo improdutivo. Esse foi o projeto idealizado e empreendido efetivamente por vários governos brasileiros. Oposto

---

<sup>5</sup>A representação que o Ocidente faz do Oriente apresentada por SAID (1990) no que ficou denominado de orientalismo pode ser comparado ao mesmo juízo que se fez, no Brasil, da relação entre litoral e sertão, onde o primeiro incorporava o progresso, a civilidade e o segundo o atraso. Nessa perspectiva, o sertão deixa de ser um espaço com contornos definidos geograficamente para passar ao nível da representação simbólica de tudo aquilo que corporifica o atraso e, portanto, a negação da civilização. Destarte, a Amazônia, e o Araguaia-Tocantins por extensão, são espaços compreendidos nesse sentido de sertão e, por isso, se pode dizer que essa forma de representar é tão antiga quanto o latifúndio, porque também o orientalismo, mesmo que sob diferente nomenclatura chegou ao Brasil com os colonizadores, civilizados ocidentais a iniciar o latifundismo em terras tropicais.

a esse projeto, e também em vias de realização, havia o projeto camponês, projeto de fazer a Reforma Agrária e tornar a Amazônia um espaço privilegiado de desenvolvimento da agricultura familiar.

Ainda na segunda metade da década de 1960 sob o governo de Castelo Branco, o slogan “integrar para não entregar” incorporava um discurso que estimulava um novo movimento de ocupação da Amazônia, desta vez a partir de grandes projetos voltados para a mineração, agropecuária e extração de madeira. A chamada Operação Amazônia, proposta em 1965, portanto no segundo ano do golpe militar, foi a ponta de lança dessa nova investida sobre a região e o seu marco principal foi a criação, em 1968, da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM com amplos poderes para distribuir incentivos fiscais e autorizar créditos para investimentos na indústria e na agricultura objetivando criar pólos de desenvolvimento espalhados por toda a Bacia Amazônica como forma de expandir a fronteira pioneira.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é de opinião que esse projeto representou um saque à Amazônia porque, na verdade, os grandes investidores privilegiados pelo Estado brasileiros representavam os interesses do capital internacional. Nesse sentido, é preciso lembrar que havia uma forte penetração da capital internacional na economia brasileira e que, no caso do capital nacional, aquele que tinha maior expressão era exatamente o capital associado ao capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981). Assim, é que na interpretação de alguns estudiosos do tema, incluindo aí José de Souza Martins, Octávio Ianni e Pedro Petit Peñarrocha, o projeto capitalista internacionalizou a Amazônia em prejuízo dos interesses nacionais e a maior expressão desse evento foram os próprios projetos oficiais pensados para a região.

Os grandes projetos lá chegaram. Estão se apropriando de tudo. Explorando tudo. Exportando tudo. A exportação é a palavra mágica que faz mover esse processo de rapina. (...) Esse processo (...) não pode ser contado sem a anuência, decisão e participação dos governos militares do país e seus estrategistas geopolíticos, que são seguramente os maiores responsáveis pela incorporação da Amazônia ao capitalismo mundial de torque monopolista. Seu rastro tem sido o rastro da expropriação. (OLIVEIRA, 1989, p. 15).

Esse é o contexto amazônico, e por extensão do Araguaia-Tocantins, no limiar da década de 1970, recorte temporal dessa dissertação. A frustração camponesa ante um governo que havia acenado com um projeto de Reforma Agrária através da proposição do Estatuto da Terra e que, imediatamente, acenava aos capitalistas a possibilidade de usar a mesma região como campo de enriquecimento rápido, não foi suficiente para remover o camponês do seu propósito; ao contrário, os estudos de IANNI (1979) indicam que a promessa de Reforma Agrária foi tomada por autorização implícita para que, nas terras devolutas, se fizesse de fato a realização do projeto camponês, ou seja, a ocupação e trabalho na terra.

Mas os desafios à efetivação desse projeto não foram determinados apenas por uma política contra-reforma agrária. A caça aos guerrilheiros dos Araguaia e todo o processo de repressão desencadeado a partir da localização, na região, desse foco revolucionário formado por membros do Partido Comunista do Brasil, PC do B, completa a configuração de um cenário extremamente complexo em que, não raras vezes, a própria luta camponesa vai ser considerada dentro das estratégias traçadas pelos militares como uma permanente ameaça à segurança nacional posto que representava um risco na fronteira ideológica<sup>6</sup>. A luta camponesa interpretada como reinvenção da Guerrilha será uma constante na ideologia militar alimentada por uma elite latifundiária que ansiava pelo paternalismo autoritário do Estado como forma de garantir a manutenção de seus domínios. Assim, para os fazendeiros a luta dos camponeses representava a volta da Guerrilha do Araguaia KOTSCHO (1981, p. 49) e, posto que eram incultos, somente a liderança intelectual dos padres da CPT poderia oferecer-lhes as condições estratégicas CHINEM (1983) o que, na ótica deste grupo, tornava justificável a transformação da questão agrária em questão militar MARTINS (1984); OLIVEIRA (1991) sendo a própria morte de Josimo consequência dessa guerra que ele estimulava ALDIGHERI (1993) e FIGUEIRA (1986).

O entendimento de todo esse contexto é fundamental para a

---

<sup>6</sup>Para DREIFUSS (1981) as experiências formativas de oficiais militares nos Estados Unidos contribuiu para a assimilação do conceito de Fronteira Ideológica em que se considerava o risco de infiltração das idéias comunistas no país similar ao risco de invasão da fronteira geográfica.



compreensão do sentido e das condicionantes que envolveram o trabalho do Padre Josimo Moraes Tavares enquanto coordenador da Comissão Pastoral da Terra. Assim, embora existam afirmações que dêem conta de uma neutralidade do religioso em relação à guerrilha, artigos de jornais e depoimentos, bem como as entrelinhas dos mesmos autores que defendem essa tese, fundamentam a necessidade de se considerar a relação entre esse movimento armado e os conflitos agrários da região, especialmente naquilo que foi repressão aos camponeses.

As palavras de Dom Pedro Casaldáliga, no seu testemunho sobre a pessoa do Padre Josimo, são concisas na defesa que faz do esforço constante de percepção atualizada da realidade empreendido por Josimo, “ele era muito lúcido, embora alguns têm falado do Josimo como se fosse um aventureiro sem formação. Ele gostava de ler, de se informar, de participar de certos cursos e encontros...”. Corrobora com essa tese a entrevista à BRETON (2000, p. 121) prestada por Edna, catequista companheira de Josimo na Paróquia de São Sebastião, na qual a companheira narra que ele, Josimo, “costumava dizer que a implantação do Projeto Carajás era a maior ameaça à terra por estes lados, porque eles tinham marcado o Bico do Papagaio como área de criação de gado”. Portanto, vê-se que enquanto mediador, Josimo tinha noção do que se impunha ao projeto do grupo ao qual se ligava. Ele sabia com que tipo de inimigo combatia.

Sem perder de vista esse contexto e essa percepção, de dois projetos que se antagonizam e sintetizam a luta entre duas classes, a camponesa e a capitalista, é preciso dar um passo a frente para entender como se dá a mediação de que Josimo foi agente e em que medida essa mediação representou uma opção política da CPT. Destarte, se Josimo é facilmente identificado com os camponeses, no que seus biógrafos recorreram à sua origem como argumento, acredita-se aqui que a sua formação intelectual foi, sem dúvida, o elo mais forte nesse sentido. Posto isso é preciso pensar na influência da Teologia da Libertação tanto enquanto teoria, como pela convivência cotidiana com seus ideólogos e, conseqüentemente, com o testemunho destes.

Josimo entrou para o Seminário Menor Leão XIII com apenas 11 anos de idade. Em tão tenra idade é difícil supor maturidade para esse tipo de

escolha. Da mesma forma, fica muito difícil crer que as experiências de infância, até os 11 anos, tenham sido suficientes para a formação de uma consciência de pertencimento à classe camponesa com a qual, a rigor, Josimo não voltaria mais a conviver. Não será senão pela ideologia revolucionária da Teologia da Libertação que o sentimento de pertencimento à classe camponesa será suscitado em toda a trajetória de Josimo. Não mais um pertencimento por igual situação, mas um pertencimento por opção ideológica e nisso reconhece-se a força da ideologia intrínseca à Teologia da Libertação.

Josimo poderia ter assumido uma postura elitista, como a maioria dos seus pares o fizeram<sup>7</sup>, porém não o fez. Elitizar-se, ou engajar-se na causa camponesa são opções que respondem a duas ideologias distintas: a ideologia do capital e a ideologia da libertação.

Portanto, esse redemoinho que varria a América Latina como forma de resposta pastoral à problemática da igreja latino-americana (CATÃO, 1986, p. 63) influenciou o modelo de padre pensado por Josimo e delineou a sua prática, de modo que os seus escritos e a sua ação se caracterizaram por uma posição teórico-prática radical em favor dos pobres e marginalizados que, no caso do Araguaia-Tocantins, era sobremaneira os camponeses. Tem-se nisso uma opção política porque a luta entre capitalistas e camponeses era uma luta política.

Sem dúvida, no que diz respeito ao meio rural, a Espiritualidade da Libertação implícita na Teologia da Libertação teve sua expressão mais acabada nas ações da Comissão Pastoral da Terra e a ação de Josimo, a prática síntese da práxis proposta na teoria desse movimento, tanto no que dizia respeito a um tipo de espiritualidade, quanto no que se referia à hermenêutica bíblica. José Maria Vigil<sup>8</sup>, religioso espanhol, também empenhado na causa da libertação define como eixo central da espiritualidade da libertação, “a leitura que se faz da realidade em termos de história, de utopia

---

<sup>7</sup>Incluindo aí o Padre Mariano Souza Sobrinho único do clero nativo da Região que declarou-se amigo de Josimo após sua morte, mas que não constava entre os raros que o defendeu enquanto em vida.

<sup>8</sup>Em trabalho conjunto com Casaldáliga (CASALDÁLIGA e VIGIL, 1993), a ideia de Espiritualidade da Libertação é estruturada de forma a representar a práxis de uma nova relação com Deus na convivência concreta e transformadora com homens e mulheres filhos desse Deus Libertador. Não é, todavia, Deus que liberta, mas o homem que se reconhece parte desse plano divino e empreende a ação necessária à libertação.

e de praxe para realizá-la<sup>9</sup>". A expressão teórica da Teologia da Libertação encontrou corpo prático no tipo de trabalho desenvolvido pelo religioso nas duas paróquias porque teve oportunidade de passar, Nossa Senhora da Conceição, em Wanderlândia e São Sebastião, em São Sebastião do Tocantins.

Os testemunhos colhidos são claros em tipificar a opção feita não só por Josimo, enquanto agente pastoral, mas do grupo que formava a CPT Araguaia-Tocantins, como esclarece Dom Pedro Casaldáliga<sup>10</sup>. Opção que justificava toda uma prática em defesa dos direitos da classe camponesa na sua luta contra o latifúndio veementemente condenado por essa ala esquerda da igreja.

Josimo ordenou-se padre em Xambioá, no ano de 1979, 15 anos depois de entrar no Seminário em Tocantinópolis. Com 26 anos de idade e idéias incendiárias<sup>11</sup> na cabeça assumiu a Paróquia de Wanderlândia que, meses antes, tinha sido objeto de uma operação militar em decorrência do trabalho pastoral do Padre Atilio e do agente de pastoral Nicola Arpone, ocasião em que este último foi seqüestrado por forças do exército que tomaram, de assalto, a área da casa paroquial e o levaram vendado em um helicóptero da Aeronáutica. Josimo, então, não criou um novo trabalho, nem foi inédito ao assumir a causa camponesa. Mas, sem tirar o mérito do padre Aristides e de Nicola Arpone que já estavam engajados na causa campesina, Josimo foi inovador na sua forma de trabalhar porque diferente da proposição de resistência simples, ele propôs a organização política dessa reação.

A partir da atuação de Josimo criou-se novos sindicatos no campo, e nos sindicatos pelegos subordinados às elites locais e regionais existentes, grupos de uma esquerda radicalizada foram tomando os lugares antes ocupados por estes ludibriadores . Na cidade, o recém criado Partido dos

---

9Publicado na Revista Eletrônica Latino Americana de Teologia, RELAT, Série 268 português, em 2001. Essa revista constitui hoje importante canal de divulgação das idéias dos teólogos da libertação funcionando quase como uma editora da esquerda eclesial.

10Em entrevista Dom Pedro Casaldáliga dá testemunho que suas opções pelos pobres era tão contundente que chegava a incomodar alguns grupos de fiéis da sua Prelazia ao que, quando interrogado sobre a preferência pelos pobres, ele justificava explicando a situação de penúria dos mesmos.

11Autoridades políticas, como o Secretário de Segurança Pública de Goiás e do Maranhão, à época da morte de Josimo atribuíram às suas idéias incendiárias o seu assassinato. Era uma forma de dizer que ele plantava vento e colheu tempestade como afirmou Ronaldo Caiado em nota divulgada logo depois do assassinato.

Trabalhadores, passou não só a ter representatividade nas regiões de atuação do padre como, ainda em 1986 já haviam pessoas articuladas para a disputa do executivo municipal ligadas à sigla do PT.

As idéias do Padre Josimo podem ser captadas a partir de sua produção poética e daquilo que dizem seus contemporâneos em entrevistas colhidas por seus biógrafos e pelo autor deste artigo. No primeiro caso, sua produção poética, é marcada por uma nítida evolução em direção à prática dos compromissos preconizados pela Teologia da Libertação. Nas primeiras poesias, ainda no seminário, ele já tem essa consciência engajada de pertencimento ao “grupo de pessoas dispostas a transformar o mundo” (JOSIMO, apud CNBB, 1999, p. 4). Mas ainda é um compromisso ideal ligado ao tipo de padre que quer ser, “penso que deveria ter a preparação de um padre de escritório e, ao mesmo tempo, a simplicidade, a humildade para trabalhar com o povo...” como explicita em carta à Dom Cornélio Chizzini (Idem, p. 58). Essa preparação intelectual, porém, acimentada sob um compromisso de inspiração teológica-libertadora vai mostrar-se toda a sua radicalidade política na forma de definir seu compromisso com os camponeses. O seu breve sacerdócio, foi assassinado apenas sete anos depois de ordenado padre<sup>12</sup>, foi suficiente para demarcações claras quanto a sua prática. Deus é “Deus Libertador” (idem) expressão presente em quase todos os seus poemas e salmos escritos durante o sacerdócio. Da mesma forma, a produção dessa fase é marcada pelas angústias do povo que sofre e pela necessidade de denúncia dessa dominação expropriadora e de clamor ao Pai como forma de desabafo. Até as comemorações de páscoa inspirava Josimo a proclamar os “Servos solidários do Direito e da Justiça (...) tornados partilha na Terra-Mãe<sup>13</sup>” como necessidade inspiração ao testemunho e à união solidária na luta contra o inimigo comum, o latifúndio.

A peça teatral dirigida por Josimo como celebração do Natal de 1983 na Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Wanderlândia constitui uma síntese da sua representação da realidade e da forma como agia sobre ela.

---

12O tempo contribuiu com a transformação do agitador em mártir. Para a igreja a numerologia tem um significado muito importante. Ele morreu aos 33 anos de idade, mesma idade com que Jesus Cristo foi imolado, com sete anos de sacerdócio, o número bíblico por excelência.

13É característico na escrita de Josimo o uso de palavras iniciadas com maiúscula em meio a minúscula como forma de destacar o sentido da palavra.

Sob o título de *A solidariedade dos pobres na luta por mais liberdade e justiça* (Idem, p. 88-91) o texto identificava o desrespeito e a humilhação<sup>14</sup> como problemas básicos dos camponeses. Para Josimo isso deveria inspirar incondicional grito de libertação tendo a solidariedade como eixo norteador da luta de classe, “a dor que sinto é a dor terrível da minha classe”, e cujo eco definiria a história da classe cujo percurso é representado pela apresentação do jornalista que, em bom tom, apresenta alguns fatos marcantes para a luta camponesa que vão desde a questão local da presença do GETAT como órgão de militarização do conflito agrário, impondo derrotas à luta camponesa, à intervenção norte americana na Nicarágua e em El Salvador.

Se o posicionamento de Josimo é clarividente no que diz respeito à sua opção em relação à classe camponesa, necessário é ponderar dois pontos fundamentais. Primeiro, Josimo não foi pioneiro nessa opção política em favor dos camponeses. O ponto de partida certamente foi a criação do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, como preocupação inicial em relação ao avanço capitalista sobre as terras indígenas, grupo que historicamente sempre contou com a solidariedade da igreja. As migrações da década de 1950 e 1960 trouxeram, por força do novo contexto, uma nova preocupação para a igreja, desta feita com os camponeses e a violência que recaía sobre eles. Dom Pedro Casaldáliga foi o primeiro a denunciar publicamente a situação do camponês através da carta circular *feudalismo e escravidão no norte de Mato Grosso* onde, ao mesmo tempo em que se criticava o retrocesso na forma de apropriação da terra e as relações que a tinham por base como uma relação análoga ao feudalismo, denunciava-se também as relações escravistas<sup>15</sup> impostas em áreas de atuação de alguns Projetos financiados pelo Estado com o objetivo de promoção da Colonização Dirigida. No ano seguinte, outubro de 1971, o documento *Uma igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* definia claramente a posição da Prelazia de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso.

---

14Nesse momento vários despejos sob ordens judiciais concedidas pelo juiz de Araguaína, João Batista de Castro Neto, que também era grileiro de terras, estavam sendo executadas. A polícia agia com brutalidade e as desocupações faziam-se sob o signo da humilhação, do espancamento e, em muitos casos, do assassinio.

15A partir do final da década de 1990 a CPT e alguns estudiosos dedicar-se-ão ao estudo da peonagem como uma forma de escravidão moderna, merecendo destaque alguns trabalhos de José de Souza Martins, Neide Esterici e Ricardo Rezende Figueira.

Dom Pedro Casaldáliga teve importante participação no processo de fundação da CPT. Pode-se dizer mesmo que o bispo provou o surgimento da pastoral na medida em que pôs a igreja numa posição extrema. Numa situação de expansão do capitalismo no campo, momento em que o Estado priorizava através de incentivos fiscais as agroindústrias, o latifúndio e os grandes projetos mineradores em detrimento da pequena propriedade de produção familiar, a carta pastoral de 1971 pôs a igreja em situação extrema. Dom Pedro Casaldáliga rompia com o Estado Autoritário e lançava um apêlo de solidariedade às igrejas irmãs. A resposta foi a criação, em 1975<sup>16</sup>, da CPT. Portanto, um grupo dentro da igreja claramente se decidira a ficar do lado da classe camponesa e contra o latifúndio.

Todavia, seja por provocar uma reação no plano da prática dentro da sua Diocese, seja pela inovação no que tange à sua proposta, Josimo foi inovador. Quando se considera o fato de que o trabalho empreendido pelos agentes da CPT, incluindo Dom Pedro Casaldáliga era de certo modo, de publicidade da realidade, ou seja, de denúncia vê-se que Josimo foi bem mais além. Ele misturou-se ao povo, fez-se povo com o povo e defendeu a solidariedade entre estes como forma de resistência e a organização política como estratégia de ascensão ao poder. Não se tratava apenas de garantir a posse da terra, sua proposta ia além. Animado com as possibilidades de ascensão da esquerda, sobretudo a partir do fim da Ditadura Militar em 1985, Josimo apostou nessa forma de luta como viabilidade de construção do Novo Reino.

E frustrou-se. A própria CPT publicou após sua morte que foi a violência da Nova República que matou o Padre Josimo. O lobo mostrou-se feroz. Numa realidade de miséria e abandono, a voz que ecoava no deserto foi calada e depois julgada. Morto em 10 de maio de 1986, Josimo trouxe à tona novamente o tipo de juízo que alguns anos antes, em 1982, estabelecera a

---

16 OLIVEIRA (1992) explica que a década de 1970 foi marcada pela construção de uma nova igreja dentro da igreja, a Igreja Popular. Essa igreja popular resulta da simbiose entre religião e prática política que terminam por suscitar um novo jeito de ser igreja. O fruto mais expressivo desse movimento serão as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs. A Igreja Popular nascida da prática da Teologia da Libertação e realizando um trabalho propriamente religioso, produziu e reproduziu significados sagrados que deram sentido à vida social e inaugurou a Espiritualidade da Libertação fundada num novo jeito de ler e viver a bíblia.

“justiça do lobo<sup>17</sup>” como forma de julgamento na condenação dos Padres Aristides Camio e Francisco Gouriou. Foi, portanto, toda uma estrutura de injustiça que o assassinou. Mas para as elites local, regional e nacional Josimo quando sofreu o primeiro atentado em abril estava começando a “colher os frutos da violência que vinha semeando” transcreve ALDIGHERI (1993, p. 115) fala de Ronaldo Caiado em entrevista ao *Correio Brasiliense* de 24 de abril de 1986. Depois da morte, a polícia, os fazendeiros, os políticos da região e os secretários de segurança de Goiás e Maranhão reúnem-se num mesmo coro na afirmação de que “Josimo era mais do que um bandido, era um subversivo” (Id. p. 129), portanto, a morte estava mais que justificada.

Foi preso como executor Geraldo Rodrigues da Costa. Ficou difícil para a polícia, entre tantos que queriam a sua morte, definir quem eram os responsáveis. Se o consórcio criminoso que encomendou sua morte formado por Osmar Teodoro da Silva, Guiomar Teodoro da Silva, Nazaré Teodoro da Silva, João Teodoro da Silva, Geraldo Vieira, Adilson, João Olímpio e Zé Carneiro, ou o Estado de Goiás que não agiu bem benefício da ordem e da promoção do bem-comum, ou o Estado do Maranhão que, pelo abandono em que ficava a região Oeste, Josimo baleado, enquanto se afogava em sangue, esperou por mais de duas horas por atendimento médico porque, na terceira maior cidade do Estado, ainda era preciso esperar o médico ir em casa almoçar para se ter um atendimento de emergência.

Todos os fatores conspiraram para que Josimo, até na morte, estivesse próximo daqueles a quem defendia. Alvejado por um disparo nas costas que o transpassou na altura do peito, sofreu de negligência no hospital pela demora no atendimento. Depois de morto foi objeto de todo tipo de crítica

---

17FIGUEIRA (1986) utiliza, como metáfora, a fábula do lobo e do cordeiro, *A justiça do lobo*, para dizer que nos discursos e denúncias contra os setores da igreja no Congresso e na imprensa preparava-se “o desfecho onde os tiros dos 13 posseiros não passariam de um pretexto” (Idem, p. 95) para condenação daqueles que se empenhavam na causa camponesa, neste caso os padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou condenados a 15 e 10 anos de prisão respectivamente sob a acusação de mentores intelectuais de uma emboscada levada à cabo por posseiros no Baixo Araguaia aonde foi morto um pistoleiro, feridos quatro policiais federais e dois funcionários do GETAT. Para FIGUEIRA (Idem), como para CHINEM (1983) a emboscada foi o desfecho de uma situação de opressão desencadeada pelos fazendeiros que utilizavam os meios oficiais do Estado, como a polícia, para cometer abusos contra os posseiros. Não era possível distinguir a opressão do Estado da opressão privada. No próprio evento, misturavam-se policiais federais com pistoleiros e funcionários do GETAT. Mas a culpa, no caráter ideológico, de planejamento intelectual da ação, recaiu sobre aqueles que davam algum tipo de apoio aos camponeses, ou seja, os padres.

daqueles que deveriam investigar e prender os culpados, finalmente engrossou o número dos mártires da terra numa descida silenciosa ao reino dos mortos.

Na pesquisa de campo realizada na década de 1990 por BRETON (2000) o relato de Maria Amparo Cardoso parece muito lúcido na avaliação que faz do trabalho de Josimo e na herança por ele deixada, sobretudo das ações do governo após a morte. Para ela, “ganhamos um pouco de terra, mas nada realmente mudou. O povo do Bico do Papagaio não vive melhor do que vivia antes. Não comem melhor. Não se vestem melhor e ainda andam descalços...”. (Id. 176). Para ela o socialismo de que a igreja tanto se aproximara como opção sócio-política resultara numa escolha erra e arremata: “Às vezes acho que Josimo morreu por nada. Um homem tão extraordinário, apagado como uma vela”. (Ibidem).

Pelos testemunhos colhidos na área de atuação de Josimo, sua relação com o PT e a organização que propunha desmentem, num primeiro momento, esse projeto socialista de que Amparo fala. Por outro lado, a visão utópica de Josimo que o tornava pacifista induz a uma interpretação alternativa à questão partidária. O partido enquanto sigla parece não ter ocupado nenhum espaço relevante em sua vida, ao passo que a organização política constituía a base de sua idéia. Daí, deduz-se que a organização política enquanto estratégia de poder prescindia à questão de sigla partidária. O fato de existir uma resistência muito mais forte dentro da igreja em relação ao Partido Comunista do Brasil, PC do B, e uma possível retração do povo em relação à representação deste partido identificado diretamente com o trauma da Guerrilha do Araguaia e as torturas e assassinatos, torna a idéia de irrelevância da sigla um pensamento muito mais consistente.

De qualquer modo, se não foi um tolo como o acusaram seus detratores (ALDIGHERI, 1993) e (BRETON, 2000), ou se não morreu por nada, como reflete Amparo, não se pode objetar que escolheu uma estratégia errada. A institucionalização da luta pela terra através da sindicalização e da luta político-partidária significou a burocratização levando a demanda a um patamar fora do alcance dos camponeses. Para um camponês é muito mais fácil lançar mão de uma espingarda e defender, entrincheirado, sua terra, que sair de sua posse deixando mulher e filhos à míngua para encarar os trâmites de um tribunal com toda a morosidade e vícios que essa instituição representa.



O tiro na causa campesina não foi dado quando acertaram Josimo nas escadarias da CPT Regional em Imperatriz, mas quando Josimo escolheu a burocracia como caminho de luta para a classe que escolheu defender.

## **Conclusão**

Essa é a leitura nova que se propõe nesse trabalho. Acredita-se aqui não tratar-se de certo ou errado, mas de conjecturas, de reflexões. Os estudos arrolados dão prova contundente do nível de luta empreendido pelos camponeses incluindo, inclusive, táticas de guerrilha, o que supõe uma herança da passagem dos guerrilheiros do PC do B na região. Destarte, a politização proposta pelo Padre Josimo, o que na prática resultou na criação de alguns diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores na área de atuação pastoral desse sacerdote, bem como de fundação de sindicatos alternativos aos sindicatos pelegos, caminhava no sentido da institucionalização da luta e, em última instância, na sua burocratização; nível que só era possível através da mediação de um agente exterior, no caso a CPT e o corpo jurídico que passou a assessorá-la, e com regras, a priori, ditadas pelo Estado exatamente o monstro com quem, não raras vezes, esses mesmos camponeses defrontavam no front.

Pode parecer um despropósito para quem incondicionalmente defende a paz, como era o caso de Josimo, que a luta armada fosse um caminho viável para a realização da Reforma Agrária. Mas, certamente sem a institucionalização de que a Comissão Pastoral da Terra foi agente seminal, esse projeto poderia ter sido mais efetivo. Quando se considera o passado imediatamente anterior, as outras experiências de luta pela terra, como foi o caso de Trombas e Formoso (MAIA, 2008) e a experiência das Ligas Camponesas se percebe que a luta armada parecia ser a tendência natural na Região Araguaia-Tocantins. Frustrada essa perspectiva, só restam projeções sobre os caminhos e realidades possíveis se uma revolução camponesa tivesse, de fato, acontecido.

Certo é que a luta armada foi cada vez mais perdendo espaço para a luta jurídica. A resistência foi transfigurando o seu sentido. Não se tratava mais de pegar em armas para defender seu quinhão, mas voltar, passivamente, para as ruínas depois de assistir, pacífico, tudo arder em chamas<sup>18</sup>. Essa estratégia, contudo, mostrou-se infrutífera porque as autoridades ignoravam o direito agrário, o que seria instrumento fundamental na luta institucional proposta pela CPT, bem como todo e qualquer direito dos camponeses. É impensável uma luta jurídica sem o reconhecimento de igualdade entre as partes que contendem. Logo, o caminho da institucionalização, se era o certo, não logrou êxito. Ao contrário, de um lado resultou em fiasco porque mesmo nos raros casos em que as demandas judiciais, depois de muito tempo de trâmite, beneficiavam o camponês, as ordens não eram cumpridas; por outro lado, os sindicatos e, no extremo, a ascensão do PT, pouco significaram à causa camponesa.

Portanto, Josimo padeceu de equívoco. Mas o seu trabalho, nem por isso, deixou de ser importante. Há que se considerar a cultura de paz tipificada na sua conduta, salvo essa estratégia, a alternativa seria a guerra civil que, muitas vezes, pareceu iminente. De outro lado, a força do seu compromisso expressa no martírio e a atenção nacional e internacional devotada à região em função desse gesto extremo resultou proveitoso para os camponeses porque sensibilizou a opinião pública para a urgência de alguma reforma agrária na região, ao mesmo tempo em que provocou uma indisposição social ao grande latifúndio considerado o assassino do Padre Josimo.

A morte de Josimo, portanto, foi a síntese de um processo de desumanização, cujo acontecimento, equivale à frustração geral de milhares de homens e mulheres que tinham na Amazônia sua última esperança de um pedaço de terra para trabalhar. De origem nordestina, em quase nada diferia de seus pares. Fez o mesmo caminho que milhares de outros nordestinos condenados à miséria fizeram na busca da terra das “bandeira verde” aonde

---

<sup>18</sup>Esse caso é relatado por ALDIGHERI (1993, p. 71) por ocasião da destruição do povoado Centro dos Canários, de população camponesa. Também no trabalho de BRETON (2000, p. 34) há o relato de violências gratuitas cometidas no povoado Centro dos Mulatos. Depois os fatos voltam a repetir-se em Mata Seca (Idem, p. 37), Centros dos Canários (Idem, p. 69) e em Sampaio (Idem, p. 60). Somente neste último caso, a queima das casas dos camponeses provocou uma violenta reação destes, o que resultou na morte do fazendeiro Palmério e sua esposa (Idem, p. 74).

se daria a luta com “o cão, o 'capa verde' (MARTINS, 1991, p. 124) mas que, apesar de tudo, parecia, sobretudo depois das campanhas do Estado Militar de “terras sem homens para homens sem terra” (Id., p. 105; 120) o lugar mais apropriado para a realização dos sonhos. Como muitos camponeses, inclusive aqueles que não apostaram na luta pacífica, depois de uma breve vida severina, tombou vencido pela “justiça do lobo” (FIGUEIRA, 1986) que o matou e depois condenou o seu cadáver por crimes que o corpo vivo não tinha forças para praticar. Enquanto síntese de um processo, essa morte no alvorecer da redemocratização brasileira foi um grito retumbante de que para os homens do campo o Estado Moderno de promoção do bem-estar social não passara de imbróglio.

## REFERÊNCIAS

- ALDIGHERI, Mário. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Loyola, 1993.
- ANDRADA, Jô. *Fábulas de La Fontaine*. In: *digivirtual* – <http://www.scribd.com/doc/3007543/fabulas-de-la-fontaine>. Acesso em 02/04/2010.
- AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BRETON, Binka Le. *Todos sabiam: a morte anunciada do Padre Josimo*.
- ASSIS, Maysa Monte de (Trad.). São Paulo: Loyola, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Trad.). São Paulo: UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuais e vida política na Itália*. In: BASTOS, Élide Rugai. & RÉGO, Wálquiria D. Leão. (Orgs.). *Intelectuais e política: moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- CASALDÁLIGA, Pedro & VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da libertação*.
- CLASSEN, Jaime A. (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1993. Col. Teologia da Libertação.
- CATÃO, Francisco. *O que é teologia da libertação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença: padres e posseiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1983.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros: conflitos de terra no Araguaia-Tocantins*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_ *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder – o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_ *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_ *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2a. ed. São Paulo: Papyrus, 1991

\_\_\_\_\_ *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. 2a. ed. São Paulo: Papyrus, 1989.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

OLIVEIRA, Pedro Assis Ribeiro. *Estruturas de igreja e conflitos religiosos*. In: SANCHIS, Pierre (Org.). *Modernidade e tradição*. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Loyola, 1992.

PEÑARROCHA, Pedro Petit. *Territórios, política e economia: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. São Paulo: USP, 1998. Tese de doutoramento.

VIGIL, José Maria. *Desafios atuais para a espiritualidade da libertação*. In: *Relat*, 2001, série 268p. <http://servicioskoinonia.org.br/relat/268p.htm>. Acesso em 02/04/2010.